política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Fim do auxílio-reclusão



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Na tribuna da Câmara dos Deputados, o deputado federal gaúcho Bibo Nunes (PL, foto) defendeu a redução da maioridade penal para 14 anos em casos de crimes hediondos, afirmando que punições mais rígidas são necessárias. O parlamentar criticou o governo federal por não avançar nessa pauta, acusando o Executivo de proteger a criminalidade. Bibo Nunes também aproveitou o espaço para destacar um projeto de lei de sua autoria que propõe a extinção do auxílio-reclusão. Segundo o deputado federal, é um "absurdo" que os dependentes do apenado recebam o benefício previdenciário enquanto as famílias das vítimas ficam desamparadas.

Trump fascista

Já a deputada federal gaúcha Maria do Rosário (PT) celebrou no plenário o resultado das eleições legislativas nos Estados Unidos. Em seu discurso, a parlamentar acusou o líder republicano de promover guerras, incentivar golpes e atacar a soberania de países na América Latina, incluindo o Brasil. Para a petista, a população estadunidense rejeitou um "fascista" e demonstrou alinhamento com a defesa global dos direitos humanos.

Proteção às mulheres

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei da deputada federal gaúcha Denise Pessôa (PT) que fortalece a atuação das Casas da Mulher Brasileira. A proposta transforma em lei as diretrizes de funcionamento desses espaços e a articulação da rede de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar. Atualmente, as regras do programa são definidas apenas por um decreto federal. A aprovação garante mais segurança jurídica e assegura a continuidade das políticas públicas voltadas à proteção feminina, blindando-as de eventuais mudanças de governo.

Ficha Limpa contra agressores de mulheres

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tramita no Senado quer proibir que condenados por crimes contra a mulher assumam cargos e funções públicas no País, incluindo posições no CNJ e no CNMP, além de impedir a promoção nas carreiras da magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública. A medida, assinada pela senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) e por outros 27 parlamentares, como, por exemplo, o gaúcho Paulo Paim (PT), mira condenados por decisão colegiada por crimes praticados com violência doméstica, psicológica, contra a dignidade sexual ou que envolvam quebra de medida protetiva. A restrição passaria a valer a partir da condenação e dura até oito anos após o cumprimento da pena, mesma regra da Ficha Limpa.

Irregularidades no Samu de Chapada

O Ministério Público Federal (MPF) deu 15 dias para a Prefeitura de Chapada (RS) iniciar a anulação do convênio com a Associação Beneficente Hospital São José, atual gestora do Samu 192 no município. A Procuradoria identificou uma série de irregularidades na contratação da entidade pelo Executivo municipal, como a ausência de chamamento público, a falta de estudos de viabilidade econômica e repasses acima do teto sem o aval obrigatório do Conselho Municipal de Saúde. Para evitar a paralisação do atendimento até a extinção do contrato, o Ministério Público Federal exigiu medidas imediatas da prefeitura, como a comprovação formal de um médico responsável técnico e o confronto rigoroso das folhas de pagamento.

Zucco mantém coerência

Entrevista Especial

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

O governador eleito do Rio Grande do Sul, Luciano Zucco (PL), começou a anunciar os nomes do primeiro escalão do secretariado da próxima gestão do Piratini, e as prioridades têm sido indicações pessoais do futuro chefe do Executivo. O deputado estadual Guilherme Pasin (PP), anunciado como próximo líder na Assembleia Legislativa, avalia, nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, que esta forma de governar está alinhada com as propostas firmadas na campanha eleitoral.

"Não me causa nenhuma espécie, pelo contrário, me causa até um orgulho muito forte em ver um governador eleito com a expressiva votação que teve, recorde em primeiro turno no Estado, manter a sua palavra, apesar de toda essa vantagem", afirma Pasin, que não descarta a indicação de nomes do meio político, desde que os quadros atendam às questões técnicas observadas como necessárias pela próxima gestão.

Na Assembleia, o futuro líder do governo terá um papel de conciliação e diálogo com os parlamentares, sejam eles da base aliada, sejam eles de oposição. O primeiro desafio de Pasin na liderança poderá ocorrer ainda neste ano, pois o governo de transição está montando uma nova estrutura administrativa das secretarias, e, de acordo com o deputado, é possível que projetos neste sentido vão para votação no Parlamento ainda em 2026.

Jornal do Comércio - Como foram as conversas com o governador eleito até a definição do seu nome para a liderança do governo na Assembleia?

Guilherme Pasin - Um convite frente à necessidade de articulação do novo governo com o Parlamento. Um convite, uma exposição das necessidades, uma avaliação do meu perfil, um perfil de conciliação, um perfil de necessidade de compor as visões do Parlamento com o Executivo, e se deu dessa forma: um pedido e convite.

JC - Quais foram as prioridades para a liderança do governo indicadas pelo governador eleito?

Pasin - O governador Zucco tem uma visão muito clara da necessidade de compor a ampliação da base do governo no sentido não puro e simplesmente de ter votos, mas fazer com que o maior número de parlamentares compreenda a visão do governo. Então, não é um governo que se fecha na sua maioria; é um governo que quer compor com demais partidos, independente da sigla partidária, independente da orientação política, ele quer compor com mais pessoas que queiram o melhor para o estado do RS. E a composição na visão do governador Zucco não é uma determinação de dizer sim ou não para cada um dos projetos, mas sim de estar próximo, ouvir o Parlamento, de ponderar, de discutir, de debater. Então, essa é a visão dele, de compor, de buscar ampliar uma base que torça, defenda e trabalhe pelo melhor futuro do Estado.

JC - A coligação eleita tem 27 deputados, faltando um parlamentar para consolidar a maioria simples e 10 para alcançar os dois terços do Parlamento. Já iniciaram as conversas com outros partidos que não integraram a coligação de Zucco, e em especial as siglas de centro-direita - MDB, PSD e PSDB?

Pasin - Sempre fui um deputado posicionado. Minha posição é muito clara, todos sabem o que defendo, sabem o campo ideológico que eu milito, mas sempre tive por característica a conversa, a exposição de argumentos, ouvir o contraponto. Eu sempre fiz isso, sempre interagi, sendo base do governo ou não sendo base do governo, trabalhando em uma pauta que outros partidos não reconheçam como adequada, mas sempre ouvi o ponto, sempre tive a disposição de fazer o contraponto, então converso com os deputados de todos os partidos, porque temos uma convivência aqui muito positiva. A minha função não é fazer o trato institucional, falar com partidos. A minha função é conversar com parlamentares que foram reeleitos, que são de outras bancadas, deputados de outros partidos que não são da base. Então, eu faço esse trabalho, e iniciei a conversa mais próxima com os parlamentares da base, mas também conversando com deputados de outros partidos. Minha função é essa: conversar, buscar compor, abrir portas para fazer uma aproximação.

JC - Na semana passada, o relator do orçamento de 2027, Claudio Branchieri (PL), alertou sobre o risco de parcelamento de salários do funcionalismo. Como vê essa possibilidade?

Pasin - A situação do Estado não é boa, tampouco confortável. Não fosse isso, nós não teríamos o debate que tivemos no processo eleitoral. Não fosse isso, o próprio governo não atribuiria à situação das contas públicas como um equilíbrio frágil. Então, realmente, é algo a ser cuidado. Temos desafios pela frente com a necessidade da renegociação da dívida do Estado, que não teve. Uma pauta que o nosso líder da transição do setor fazendário, econômico e financeiro do Estado, o professor Claudio Branchieri, que é deputado, fala muito é sobre as condições do Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados), que o RS não estaria classificado no Propag por algumas situações existentes. Temos uma necessidade de prorrogação do Funrigs (Fundo do Plano Rio Grande), que parece unânime a todos, mas é preciso conversar e debater com a União. Então, é uma série de situações que torna a condição o RS de extrema fragilidade. Agora, nós fomos eleitos justamente para enfrentar esses desafios e apresentar as melhores soluções. Falo com toda a responsabilidade de fazer parte da base de um governo que vai precisar fazer as melhores escolhas no momento de grandes dificuldades. E quando falo de grandes dificuldades, não temos mais bônus para trabalhar. Falo bônus financeiro, uma entrada de recurso diferente, como teve na época da pan-



"Minha função (como líder do governo) é conversar, buscar compor, abrir portas para a aproximação"